

## EDITAL Nº 112, DE 25 DE MARÇO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TORRES, no uso de suas atribuições legais e considerando a necessidade de contratação temporária de pessoal, em razão de excepcional interesse público devidamente reconhecido, nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal, torna pública a abertura do Processo Seletivo Simplificado para provimento de funções temporárias de **Monitor/Visitador, Especialista em Educação – Supervisor Escolar, Educador Físico de Educação Inclusiva e Psicólogo Institucional** para atuar nas Secretarias Municipais, conforme as disposições deste edital.

### 1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será executado por Comissão designada por Portaria, composta por, no mínimo, 07 (sete) servidores.

1.2. Durante toda a execução do Processo Seletivo Simplificado serão respeitados os princípios previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal.

1.3. O edital de abertura será publicado no site e no mural da Prefeitura Municipal de Torres.

1.4. Os demais atos relativos ao Processo Seletivo Simplificado serão divulgados exclusivamente no site oficial da Prefeitura Municipal.

1.5. O Processo Seletivo Simplificado consistirá na análise de currículos, conforme critérios estabelecidos neste edital.

1.6. As reuniões e deliberações da Comissão serão registradas em atas.

1.7. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á, sem direito a indenizações, salvo as previstas na legislação aplicável:

I – pelo término do prazo contratual;

II – por iniciativa da Administração Pública;

III – por iniciativa do contratado, mediante comunicação escrita com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

### 2. ESPECIFICAÇÕES DAS FUNÇÕES TEMPORÁRIAS

2.1 As funções temporárias de que trata este Processo Seletivo Simplificado correspondem ao exercício das atividades seguintes e carga horária semanal a ser desenvolvida diariamente em horário definido pela autoridade competente e respectivos vencimentos.

<b>Código</b>	01
<b>Função</b>	<b>Monitor/Visitador</b>
<b>Vagas</b>	CR (Cadastro Reserva)
<b>Carga Horária</b>	40 horas semanais
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.100,00 (dois mil e cem reais)</b>
<b>Requisitos</b>	<p>a) Escolaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Certificado de conclusão de Magistério ou estudante em curso de Pedagogia.</li></ul> <p><b>*Os certificados devem ser apresentados frente e verso.</b></p> <p>b) Certificado de reservista ou dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);</p> <p>c) Certidão de quitação eleitoral referente à última eleição (emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo link oficial do TSE); <a href="https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor">https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor</a></p> <p>d) Idade mínima: 18 anos.</p>

<b>Código</b>	02
<b>Função</b>	<b>Especialista em Educação – Supervisor Escolar</b>
<b>Vagas</b>	CR (Cadastro Reserva)
<b>Carga Horária</b>	20 horas semanais
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 2.433,88 (dois mil, quatrocentos e trinta três reais e oitenta e oito centavos)</b>
<b>Requisitos</b>	<p>a) Escolaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"><li>- Graduação em curso superior de pedagogia específico em Supervisão Escolar ou;</li><li>- Graduação em curso superior de pedagogia e pós-graduação específico em Supervisão Educacional.</li></ul> <p><b>*Os certificados devem ser apresentados frente e verso.</b></p> <p>b) Certificado de reservista ou dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);</p> <p>c) Certidão de quitação eleitoral referente à última eleição (emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo link oficial do TSE); <a href="https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor">https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor</a></p> <p>d) Idade mínima: 18 anos.</p>



<b>Código</b>	03
<b>Função</b>	<b>Educador Físico de Educação Inclusiva</b>
<b>Vagas</b>	CR (Cadastro Reserva)
<b>Carga Horária</b>	40 horas semanais
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 5.370,03 (cinco mil trezentos e setenta reais e três centavos);</b>
<b>Requisitos</b>	<p>a) Escolaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso superior completo de Bacharel em Educação Física;</li> </ul> <p>b) Habilitação legal para o exercício da profissão de Bacharel em Educação Física e registro no órgão competente da categoria profissional;</p> <p>c) Formação complementar em Educação Especial Inclusiva e afins.</p> <p><b>*Os certificados devem ser apresentados frente e verso.</b></p> <p>d) Certificado de reservista ou dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);</p> <p>e) Certidão de quitação eleitoral referente à última eleição (emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo link oficial do TSE); <a href="https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor">https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor</a></p> <p>f) Idade mínima: 18 anos.</p>

<b>Código</b>	04
<b>Função</b>	<b>Psicólogo Institucional</b>
<b>Vagas</b>	CR (Cadastro Reserva)
<b>Carga Horária</b>	20 horas semanais
<b>Remuneração</b>	<b>R\$ 6.725,86 (seis mil setecentos e vinte e cinco reais e oitenta e seis centavos)</b>
<b>Requisitos</b>	<p>a) Escolaridade:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Curso de graduação em Psicologia, com disciplinas relacionadas à Psicologia Escolar/ Educacional e/ou;</li> <li>- Graduação em Psicologia com especialização em Psicologia Escolar/ Educacional.</li> </ul> <p>b) Inscrito anualmente no Conselho Regional de Psicologia (CRP), conforme Lei Federal nº 5.766/1971.</p> <p>c) Comprovação de experiência na função, no mínimo 2 (dois) anos,</p>

	<p>mediante carteira de trabalho, Certidão ou atestado fornecido por órgão público, designando as atribuições relacionadas a função exercida;</p> <p>d) Comprovação de experiência em atendimentos com crianças e adolescentes com deficiência, Transtorno do Espectro Autista e Altas habilidades e/ou superdotação, fornecidos por órgãos competentes.</p> <p><b>*Os certificados devem ser apresentados frente e verso.</b></p> <p>e) Certificado de reservista ou dispensa de Incorporação (para candidatos do sexo masculino);</p> <p>f) Certidão de quitação eleitoral referente à última eleição (emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo link oficial do TSE); <a href="https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor">https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor</a></p> <p>g) Idade mínima: 18 anos.</p>

2.2. Sobre a remuneração incidirão os descontos fiscais e previdenciários previstos em lei.

2.3. Os deveres e proibições aplicadas ao contratado correspondem àqueles estabelecidos para os demais servidores estatutários pelos artigos 161 e 162 da Lei Municipal nº 1.804, de 10 de outubro de 1978, Estatuto dos Funcionários Públicos do Município, sendo a apuração processada na forma do Regime Disciplinar do mesmo Diploma, no que couber.

### 3. DAS INSCRIÇÕES

3.1. As inscrições serão realizadas **exclusivamente on-line**, pelo site oficial dos Processos Seletivos da Prefeitura de Torres: <https://processoseletivo.torres.rs.gov.br/>, na área destinada à inscrição, no período definido conforme cronograma do presente edital.

3.1.1. Para realizar o login, o(a) candidato(a) deverá possuir conta GovBR com nível mínimo Prata.

3.1.2. Cada login permite uma única inscrição por cargo, podendo o candidato inscrever-se em mais de um cargo do mesmo edital.

3.1.2.1 Uma vez enviado o formulário de inscrição para um cargo, o candidato poderá iniciar nova inscrição para outro cargo, repetindo o processo.

3.1.3 O candidato é responsável pela conferência e anexação correta de toda a documentação, sendo possível realizar alterações e revisar suas informações até o último dia previsto para as inscrições.

3.1.4 Após o encerramento do prazo para inscrições, não será permitida a inclusão de novos documentos nem a realização de quaisquer alterações.

3.2. É obrigatório anexar o **verso** dos documentos de escolaridade e cursos, mesmo que em branco.

3.3. Após o envio do formulário, o sistema gerará um número de inscrição para controle e eventuais recursos.

3.4. Todos os documentos deverão ser anexados em formato JPG, PNG ou WEBP. O sistema aceitará PDF apenas para conversão automática.

3.5. Os documentos deverão estar em perfeitas condições e legíveis, de forma a permitir a correta avaliação.

3.6. Documentos com nomes divergentes deverão ser acompanhados de documentação comprobatória (certidão de nascimento, casamento etc.).

3.7. O preenchimento incorreto ou apresentação de informações inverídicas implicará desclassificação, sem prejuízo das sanções legais.

3.7.1. O campo “Documentos Adicionais” destina-se exclusivamente a documentos exigidos como requisitos ou para esclarecimento de divergências e **não serão pontuados**.

3.7.2 Exemplos de documentos adicionais para justificar divergências: certidão de casamento, certidão de nascimento etc. Documentos adicionais que poderão ser exigidos no edital de abertura: cursos de pós-graduação, certidão negativa de trânsito, cursos na área da saúde (APH, BLS, curso para dirigir veículos de emergência, etc), certidão de regularidade ético profissional regulamentadas por conselho, carteira do conselho de fiscalização do exercício profissional.

3.7.3 Os documentos inseridos em “Documentos Adicionais” **não serão considerados para pontuação**.

3.8. A inscrição implica aceitação integral das regras deste edital.

3.9. As inscrições são gratuitas.

## 4. DA DOCUMENTAÇÃO

### 4.1 Documentação Obrigatória - Campo Documentos Pessoais

4.1.2. Diploma ou certificado de escolaridade (frente e verso).

4.1.3. Carteira profissional de Conselho de Fiscalização do Exercício Profissional e certidão ética, quando aplicável.

4.1.4. Certificado de reservista ou dispensa de Incorporação (para homens).

4.1.5. Certidão de quitação eleitoral referente à última eleição (emitida pelo Cartório Eleitoral ou pelo link oficial do TSE); <https://www.tse.jus.br/servicos-eleitorais/autoatendimento-eleitoral#/certidoes-eleitor>

4.1.6. Documentos específicos da função pretendida (Seção 2).

## 4.2 Documentação - Campo Cursos

4.2.1. Somente serão pontuados cursos com carga horária igual ou superior a 40 (quarenta) horas, correlatos às atribuições da função pleiteada, sendo obrigatória a apresentação do conteúdo programático.

4.2.2. Diplomas de graduação devem ser apresentados frente e verso.

4.2.3. Não serão pontuados cursos utilizados como requisito, bem como estágios, palestras ou participação em projetos.

4.2.4. Certificados estrangeiros exigem tradução juramentada.

4.2.5. Apenas cursos com relação direta às atribuições da lei municipal serão aceitos.

4.2.6. Somente serão avaliados cursos inseridos no campo "Cursos". Certifique-se de preencher corretamente este campo para que os documentos sejam avaliados.

4.2.7. Não serão pontuados cursos não concluídos, nem disciplinas ou módulos de cursos.

4.2.8. O mesmo curso será pontuado somente uma vez.

4.2.9. Para comprovação de escolaridade, serão aceitos certificados, atestados ou declarações de conclusão, emitidos pela instituição de ensino, contendo as informações de finalização de todos os créditos ou etapas necessárias para a conclusão do curso.

4.2.10. Para comprovação de escolaridade de ensino médio, serão aceitos atestados/declarações de matrículas emitidas por instituição de curso superior.

**4.3. Documentação - Experiência Profissional:** A experiência profissional será pontuada exclusivamente se inserida no campo específico "Experiências", devendo ser comprovada conforme regras a seguir:

### 4.3.1. Servidor Público:

4.3.1.2. A experiência deverá ser comprovada por Declaração emitida pelo setor de Recursos Humanos do órgão público, assinado pelo responsável emissor do documento, em papel timbrado ou com certificação digital, contendo obrigatoriamente:

- a) Nome do servidor;
- b) Cargo/função;
- c) Área de atuação;
- d) Período trabalhado (data de início e término, com dia, mês e ano).

4.3.2.3. O modelo consta no Anexo II deste edital.

### 4.3.2. Contrato em Carteira de Trabalho (CTPS):

4.3.2.1. Modelo físico: é necessário anexar páginas com os dados pessoais do candidato, bem como as páginas com o registro do contrato, da data de rescisão e de eventuais alterações contratuais. Quando não constar a rescisão contratual, ou o cargo/função não estiver especificado, deverá ser entregue declaração da empresa, conforme detalhado:

4.3.2.2 Declaração: a declaração da empresa deverá ser entregue em papel timbrado, contendo a especificação do CNPJ, devidamente assinada e carimbada pelo órgão de pessoal ou por responsável pela empresa, especificando cargo/função exercida pelo candidato, período trabalhado (data de início com dia, mês e ano) e de permanência ou término. Não havendo órgão de pessoal, o documento deverá ser assinado por autoridade e carimbado pelo responsável pela instituição, conforme modelo constante no anexo II deste edital.

4.3.2.3 Modelo Digital: página detalhada do aplicativo em que constem, obrigatoriamente, os dados do candidato, data de início e término do exercício e função. Caso o candidato não tenha encerrado as atividades na empresa, para cômputo do período, será considerado a data da consulta disponível no final da página do aplicativo. Não havendo esta informação, será necessário apresentar declaração de acordo com item 4.3.2.2.

### **4.3.3 Da Comprovação de Experiência Profissional para Autônomos**

4.3.3.1. A experiência profissional será comprovada por meio de documentos que evidenciem o efetivo exercício da função declarada pelo candidato, podendo ser aceitos, para fins de comprovação da experiência como profissional autônomo, um ou mais dos seguintes documentos:

- a) Registro como contribuinte autônomo na Prefeitura Municipal, com recolhimento do Imposto Sobre Serviços (ISS);
- b) Comprovantes de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) na condição de Microempreendedor Individual (MEI) ou outro regime aplicável a autônomos;
- c) Alvará de localização e funcionamento expedido por autoridade competente;
- d) Alvará de licença para o exercício da atividade profissional;
- e) Certidão de Acervo Técnico (CAT), emitida por entidade de classe competente, quando aplicável à atividade;
- f) Recibo de Pagamento a Autônomo (RPA), contendo identificação do tomador do serviço e discriminação da atividade prestada;
- g) Comprovantes de cadastro como autônomo junto a órgãos públicos ou conselhos de classe, se houver;
- h) Comprovantes de recolhimento do ISS, quando aplicável.

4.3.3.2 Todos os documentos citados no item 4.3.3.1 deverão ser apresentados acompanhados de declaração do próprio candidato, com firma reconhecida ou assinatura eletrônica com certificação digital, constando obrigatoriamente:

- a) Nome completo do profissional;

b) Atividade exercida (função);

c) Período em que a atividade foi exercida, com datas de início e fim (ou indicação de que é atividade em andamento);

d) Descrição sucinta das atividades desenvolvidas.

**4.3.4. Não serão aceitos contrato de trabalho para fins de comprovação de experiência.**

4.3.5. Não serão aceitos como comprovantes de experiência profissional documentos que não permitam aferir com clareza a função exercida e o tempo de atuação.

4.3.6 Nos certificados digitais, deverá constar a assinatura eletrônica com informação sobre a autenticidade;

4.3.7. Quando o comprovante de experiência profissional abranger múltiplos períodos e/ou funções distintas, para fins de cálculo e pontuação, cada período e/ou função deverá ser registrado de forma separada. Caso seja registrado apenas uma vez, será considerado o período mais longo do comprovante.

4.3.8. O preenchimento de informações relacionadas aos vínculos empregatícios, tais como o nome da empresa/ empregador/ órgão público e as datas de entrada e saída fornecidas, precisam estar de acordo com os comprovantes anexados. Se as informações fornecidas forem diferentes do que está nos comprovantes, essas não serão consideradas para fins de validação e pontuação.

4.3.9. Terá efeito na pontuação a comprovação de experiência profissional (tempo de serviço), somente na função pleiteada.

4.3.10. Não serão pontuados como experiência profissional a participação em estágios ou cargos comissionados (CCs).

4.3.11. Os certificados e declarações de experiências emitidos em idiomas estrangeiros devem ser apresentados com tradução juramentada.

4.3.12. Não terá efeito na pontuação do candidato, o período temporal de experiência profissional desempenhado concomitante com o período de experiência profissional já considerado na análise de currículos.

4.3.13. A experiência para os cargos de formação específica será avaliada após a certificação (diploma ou certificado de conclusão) da formação exigida pelo cargo.

4.3.14. O candidato é responsável pelas informações prestadas no formulário de Inscrição, arcando com as consequências de eventuais erros e/ou de não preenchimento de qualquer campo daquele documento, inclusive consequências administrativas, civis e penais.

4.3.15. A Comissão não se responsabiliza por eventuais instabilidades do sistema, falhas no upload dos arquivos, indisponibilidade temporária da plataforma, problemas de conexão à internet, incompatibilidade de navegadores, falhas técnicas de equipamentos do usuário ou quaisquer outros fatores externos que impeçam o envio, a visualização ou o correto processamento das informações dentro dos prazos estabelecidos, sendo de inteira

responsabilidade do usuário assegurar-se de que os arquivos foram corretamente transmitidos e confirmados pelo sistema.

4.3.16. A Comissão não receberá títulos/documentos por outro meio que não o site específico para as inscrições, mesmo que dentro do prazo previsto, ou fora do período e horário divulgados para o envio desses documentos, conforme expresso no Cronograma de Execução.

4.3.17. Não serão aceitos, para juntada, documentos fora do período de inscrições.

4.3.18. A inscrição do candidato implicará o conhecimento prévio e a tácita aceitação das instruções e normas estabelecidas neste Edital.

## 5. DO CRONOGRAMA DO PROCESSO SELETIVO

Período de Inscrições	<b>26 de março a 09 de abril de 2026</b>
Análise das Inscrições e Currículos	<b>10 de abril a 04 de maio de 2026</b>
Publicação Preliminar das Inscrições Homologadas, Inscrições Não Homologadas e Notas	<b>05 de maio de 2026</b>
Período para solicitação de recursos referente as Inscrições Não Homologadas e Notas	<b>06 a 08 de maio de 2026</b>
Julgamento das solicitações de recursos	<b>09 a 18 de maio de 2026</b>
Publicação do Julgamento das solicitações de recursos	<b>19 de maio de 2026</b>
Publicação da Classificação Final das Inscrições Homologadas	<b>19 de maio de 2026</b>

## 6. HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES E NOTAS

6.1 Encerrado o prazo para inscrição, a Comissão publicará edital contendo a relação nominal dos candidatos que tiveram suas inscrições homologadas e classificação final, no site da Prefeitura de Torres, no prazo estipulado em cronograma da seção 5 deste edital.

6.2 O(A) candidato(a) que **não tiver sua inscrição homologada e/ou da nota preliminar**, poderá protocolar seu recurso, que deverá ser encaminhado por meio do preenchimento do formulário de recurso disponível na página “Minhas Inscrições”, no site <https://processoseletivo.torres.rs.gov.br/>, no período estabelecido no cronograma, não sendo aceitos recursos encaminhados de quaisquer outra forma.

6.2.1. A Comissão, apreciando o recurso, poderá reconsiderar sua decisão, hipótese na qual o nome do candidato passará a constar no rol de inscrições homologadas e classificação.

6.2.2. A lista final de inscrições homologadas e classificação será publicada na forma do item 6.1, no prazo definido em seção 5 deste edital, após a decisão dos recursos.

6.2.3. É vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria decorrentes do art. 40 ou dos arts. 42 e 142 com a remuneração de cargo, emprego ou função pública, ressalvados os cargos acumuláveis na forma desta Constituição, os cargos eletivos e os cargos em comissão, declarados em lei de livre nomeação e exoneração, na forma do § 10, do art. 37 da CF/88, portanto, constatada a irregularidade, não serão homologadas as inscrições de candidatos que estejam enquadrados neste artigo.

## 7. RECURSOS

7.1. Ultimada a identificação dos candidatos e a totalização das notas o resultado preliminar será publicado no site da Prefeitura de Torres, abrindo-se o prazo definido em cronograma (seção 04) para os candidatos apresentarem recursos, nos termos estabelecidos neste edital.

7.1.1. No recurso, não caberá juntada de documentos que deveriam ter sido anexados dentro do prazo de inscrição.

7.1.2. Havendo a reconsideração da decisão classificatória pela Comissão, o nome do candidato passará a constar no rol de classificados.

7.2. A Comissão Organizadora de Processo Seletivo Simplificado não se responsabilizará pelo não recebimento do recurso por motivos de ordem técnica, problemas em computadores, falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, ou por quaisquer outros fatores de ordem técnica que impossibilitem a transferência dos dados.

7.3. Não será aceita solicitação de recursos por e-mail, telefone ou qualquer outro meio que não seja o formulário específico de recursos na página Minhas Inscrições no site <https://processoseletivo.torres.rs.gov.br/>, no período estabelecido no cronograma.

## 8. CRITÉRIOS PARA DESEMPATE

8.1 Verificando-se a ocorrência de empate, no número total de pontos, em relação a 02 (dois) ou mais candidatos, terá preferência na ordem classificatória, sucessivamente, o candidato que:

- 1º) Apresentar idade mais avançada, dentre aqueles com idade **igual ou superior a sessenta anos** (conforme Estatuto do Idoso – Lei 10.741/2003);
- 2º) Obter maior pontuação em Experiência Profissional (conforme Anexo I, Quadro de pontuação);
- 3º) Obter maior pontuação no somatório de Pós graduação (item 1) e Cursos (item 2) com carga horária mínima de 40 horas (conforme Anexo I, Quadro de Pontuação);
- 4º) Apresentar idade mais avançada, considerando-se dia, mês e ano de nascimento;

5º) Permanecendo o empate, será efetuado sorteio.

8.2 A aplicação do critério de desempate será efetivada após a análise dos recursos e antes da publicação da lista final dos selecionados.

## 9. DIVULGAÇÃO DO RESULTADO FINAL DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

9.1 Transcorrido o prazo sem a interposição de recurso ou ultimado o seu julgamento, a Comissão encaminhará o Processo Seletivo Simplificado ao Prefeito para homologação, no prazo definido em cronograma do edital.

9.2 Homologado o resultado final, será lançado edital com a classificação geral dos candidatos aprovados, quando, então passará a fluir o prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado.

## 10. CONDIÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

10.1 Homologado o resultado final do Processo Seletivo Simplificado e autorizada a contratação pelo Prefeito, serão convocados os candidatos para preenchimento das vagas existentes e comprovação do atendimento das seguintes condições:

10.1.1. Ser brasileiro nato, naturalizado ou estrangeiro na forma da lei;

10.1.2. Ter idade mínima exigida para o cargo;

10.1.3. Ter nível de escolaridade mínima exigida para o cargo;

10.1.4. O candidato convocado, deverá apresentar a documentação admissional solicitada, sendo cópia simples, acompanhada dos documentos originais para conferência;

10.1.5. Apresentar exame admissional exarado por Médico do Trabalho designado pelo Município, atestando ter boas condições físicas e mentais conforme Decreto 33/2021;

10.1.6. Apresentar declaração de bens e rendas conforme modelo disponibilizado pelo município ou cópia da declaração do imposto de renda;

10.1.7. Apresentar declaração de benefícios (consta/nada consta) – emitida pelo INSS (<https://www.meu.inss.gov.br>);

10.1.8. Os candidatos estrangeiros não naturalizados, desde que devidamente regularizados no Brasil, mediante a apresentação de documentação válida (tais como o Registro Nacional Migratório – RNM ou outro documento oficial que comprove a regularidade da situação migratória no País), ficam isentos da apresentação da certidão de quitação eleitoral, nos termos do artigo 14, § 2º, da Constituição Federal, que veda o alistamento eleitoral de estrangeiros.

10.1.9. O disposto no item 10.1.8 aplica-se exclusivamente aos profissionais da Medicina, sendo vedada a atribuição de função de caráter temporária a estrangeiros não naturalizados.

10.2. A convocação do candidato classificado será realizada por meio de Edital publicado no painel de publicações oficiais da Prefeitura Municipal;

10.3. Não comparecendo o candidato convocado no prazo legal ou verificando-se o não atendimento das condições exigidas para a contratação serão convocados os demais classificados, observando-se a ordem classificatória crescente;

**10.4. O prazo de validade do Processo Seletivo Simplificado será de até 01 (um) ano, podendo ser prorrogado, uma única vez, por igual período;**

10.5. No período de validade do Processo Seletivo Simplificado, em havendo a rescisão contratual, poderão ser chamados para contratação pelo tempo remanescente, os demais candidatos classificados, observada a ordem classificatória;

10.6. Após todos os candidatos aprovados terem sido chamados, havendo ainda necessidade de contratações para as mesmas funções, novo processo seletivo deverá ser realizado.

## 11. DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Não será fornecido qualquer documento comprobatório de aprovação ou classificação do candidato, valendo para esse fim a publicação do resultado final;

11.2. Os candidatos aprovados e classificados deverão manter atualizados os seus endereços e telefones;

11.3. Não será aceita solicitação de final de fila;

11.4. A constatação da existência de declarações falsas, inexatas ou divergências entre os dados informados na inscrição e nos documentos apresentados, em qualquer etapa regida por este Edital, determinará o cancelamento da inscrição ou o desligamento, caso já contratado, bem como a anulação de todos os atos decorrentes, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis, sendo assegurado o direito de recurso;

11.5. Em hipótese alguma o candidato poderá fazer contato com a Comissão Organizadora de Processo Seletivo por outro meio que não seja através do e-mail indicado neste edital (**comissaprocessoseletivo@torres.rs.gov.br**). A insistência do contato com a Comissão, por meio diverso do e-mail poderá acarretar a desclassificação do candidato;

11.6. Os casos omissos e situações não previstas serão resolvidos pela Comissão designada.

Gabinete do Prefeito de Torres/RS, em 25 de março de 2026.

Delci Behenck Dimer,  
Prefeito Municipal de Torres.

**ANEXO I****DA PONTUAÇÃO E DA CLASSIFICAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO**

Os pontos serão apurados conforme descrição seguinte:

**QUADRO DE PONTUAÇÃO**

Item	Valor de cada certificado	Valor máximo de pontuação
<b>1) Diploma de conclusão de curso de Pós-graduação em área de conhecimento correlata/afim com as atribuições da função, não utilizado como requisito para o cargo;</b>	2,00	2,00
<b>2) Curso com carga horária mínima de 40 horas em área de conhecimento correlata/afim com as atribuições da função, não utilizado como requisito para o cargo;</b>	1,00	*5,00 (máximo de 5 cursos)
<b>*Pontuação máxima entre curso de Pós-graduação (Item 1) e os Cursos (Item 2) é de 5,00 pontos.</b>		
<b>3) Comprovação de experiência profissional (tempo de serviço), na função pleiteada.</b>	0,1 por mês trabalhado	5,00 (máximo de 50 meses)



**ANEXO II**

**EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL**

Modelo Declaração de Órgão Público fornecido por RH responsável:

**DECLARAÇÃO**

**DECLARO**, para os devidos fins, que a senhor (a) \_\_\_\_\_, RG nº \_\_\_\_,  
CPF nº \_\_\_\_\_, foi contratado(a) por esta Prefeitura através de Contrato  
Administrativo nos cargos e períodos relacionados abaixo:

Matrícula	Cargo/Função	Admissão	Rescisão
xxx			

Torres, xx de XX de 202x

**Assinatura e Carimbo do  
Responsável pelo setor de Recursos Humanos**

PCI Concursos

## ANEXO III

### CÓDIGO 01. MONITOR / VISITADOR

**Atribuições:** Previstas da Lei nº 5.628, de 30 de dezembro de 2025

**a) Descrição sintética:** Mediador entre a Unidade Educativa, a família e a criança, a fim de que a criança seja atendida e respeitada nos seus direitos. Realizar tarefas referentes à alimentação, higiene e desenvolvimento psicomotor das crianças. Colaborar na organização e no desenvolvimento de atividades lúdicas e oficinas.

**b) Descrição analítica:**

Participar da elaboração da Proposta Pedagógica da escola, visando as Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação Infantil;

Participar da elaboração de programas e planos de trabalho dentro de sua competência pedagógica;

Seguir a proposta político-pedagógica da Rede Municipal de Educação de Torres e da Unidade Educativa, integrando-as na ação pedagógica, como, co-partícipe na elaboração e execução do mesmo;

Acompanhar o desenvolvimento das crianças com o objetivo de garantir acesso ao processo de apropriação, renovação e articulação de conhecimentos e aprendizagens de diferentes linguagens, assim como o direito à proteção, à saúde, à liberdade, à confiança, ao respeito, à dignidade, à brincadeira, à conveniência e a interação com outras ações;

Participar das reuniões de pais, reuniões pedagógicas, encontros de formação continuada, seminários e outros, promovidos pela Escola e Secretaria Municipal de Educação;

Participar ou colaborar nos planejamentos e elaborar os registros e relatórios solicitados;

Garantir experiências que promovam o conhecimento das crianças sobre si e sobre o mundo, por meio da ampliação de novas experiências;

Acompanhar o processo avaliativo das unidades com registro dos diferentes momentos do processo de ensino e aprendizagem numa perspectiva dos eixos das interações e brincadeiras;

Acompanhar e manter atualizado o registro das ações pedagógicas, tendo em vista a avaliação contínua do processo educativo;

Atuar na implementação dos Programas e Projetos propostos pela SME comprometendo-se com suas diretrizes, bem como o alcance das metas de aprendizagem definidas pela Secretaria Municipal de Educação;

Ajudar e respeitar os pais durante o período de adaptação das crianças dando-lhes o cuidado necessário;

Promover roteiros de repouso e higiene (troca de fraldas e roupas, entre outras ações) nos horários determinados;

Acompanhar com orientações, a utilização dos banheiros;

Zelar pelo material sob sua responsabilidade, bem como confeccionar materiais destinados à recreação e decoração do local de trabalho;

Colaborar e participar de festas, eventos comemorativos e demais atividades extras promovidas nas escolas de Educação Infantil e no Município;

Cooperar e co-participar das atividades lúdicas das crianças, acompanhando e assistindo os alunos no horário destinado ao descanso e a recreação;

Executar tarefas de apoio e administrativas sempre que solicitado pela direção da escola;

Auxiliar na distribuição de merenda, orientando os alunos quanto ao hábito correto de comportar-se durante as refeições;

Atender as crianças em suas necessidades diárias, cuidando, em especial, da alimentação, higiene e recreação;



Observar a entrada e saída dos alunos nos diferentes turnos, objetivando preservar a ordem e organização escolar;

Manter limpo e arrumado o local de trabalho orientando ou colaborando com a limpeza das salas, brinquedos, materiais e utensílios utilizados, orientando ou arrumando os brinquedos e os móveis;

Zelar pela segurança física, higiênica e alimentar e bem-estar das crianças;

Auxiliar na locomoção dos alunos com deficiência física ou mobilidade reduzida, que necessitem de auxílio ou acompanhamento, garantindo a acessibilidade no espaço escolar ou em passeios e visitas de estudo;

Acompanhar e informar professores, equipe gestora e pais sobre aspectos imprevistos de conduta manifestados pela criança, comunicando ocorrências e eventuais sintomas de enfermidades, bem como todo trabalho em desenvolvimento no grupo de crianças sob sua responsabilidade;

Encaminhar a seus superiores, e estes a serviços específicos os casos de crianças vítimas de violência ou maus-tratos;

Executar outras atividades inerentes às atribuições do cargo.

#### CONDIÇÕES DE TRABALHO:

a) Carga horária: as atribuições do cargo serão desenvolvidas em horário normal de 40 (quarenta) horas semanais;

b) Especial: o exercício da função pode exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

#### CÓDIGO 02. ESPECIALISTA EM EDUCAÇÃO – SUPERVISOR ESCOLAR

**Atribuições:** Previstas na Lei nº 5.629, de 30 de dezembro de 2025.

**a) Descrição Sintética:** Executar atividades específicas de supervisor escolar no âmbito da Rede Municipal de Ensino.

#### **b) Descrição Analítica:**

1 - "ATIVIDADES COMUNS DO APOIO PEDAGÓGICO" - assessorar no planejamento do plano pedagógico da educação municipal; propor medidas visando ao desenvolvimento dos aspectos qualitativos do ensino; participar de projetos de pesquisa de interesse do ensino; participar na elaboração, execução e avaliação de projetos de treinamento, visando à atualização do Magistério; integrar o colegiado escolar, atuar na escola, detectando aspectos a serem redimensionados, estimulando a participação do corpo docente na identificação de causas e na busca de alternativas e soluções; participar da elaboração do Plano Global da Escola, do Regimento Escolar e das Grades Curriculares; participar da distribuição das turmas e da organização da carga horária; acompanhar o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem; participar das atividades de caracterização da clientela escolar; participar da preparação, execução e avaliação de seminários, encontros, palestras e sessões de estudo, manter-se atualizado sobre a legislação do ensino, prolar atar pareceres; participar de reuniões técnico-administrativo-pedagógicas na escola e nos demais órgãos da Secretaria Municipal de Educação; integrar grupos de trabalho e comissões; coordenar reuniões específicas; planejar, junto com a Direção e professores, a recuperação paralela de alunos; participar no processo de integração

família-escola-comunidade; participar da avaliação global da escola; exercer função de diretor ou vice-diretor, quando nela investido.

2 - "ATIVIDADES ESPECÍFICAS NA ÁREA DE SUPERVISÃO ESCOLAR" coordenar a elaboração do Projeto Pedagógico e Plano Global de Rede Escolar; coordenar a elaboração do Plano Curricular; elaborar o Plano de Ação do Serviço de Supervisão Escolar, a partir do Plano Global orientar e supervisionar atividades e diagnósticos, controle e verificação do rendimento escolar; assessorar o trabalho docente quanto a métodos e técnicas de ensino na avaliação dos alunos; assessorar a direção na tomada de decisões relativas ao desenvolvimento do Plano Curricular; acompanhar o desenvolvimento do trabalho escolar; elaborar e acompanhar o cronograma das atividades docentes; dinamizar o currículo da escola, colaborando com a direção no processo de ajustamento do trabalho escolar às exigências do meio; coordenar conselhos de classe; analisar o histórico escolar dos alunos com vistas a transferências, ingressos e recuperações; integrar o processo de controle das unidades escolares, atendendo direta ou indiretamente as escolas, estimular e assessorar a efetivação de mudanças no ensino; executar tarefas afins.

#### CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Carga horária: as atribuições do cargo serão desenvolvidas em horário normal de 20 (vinte) horas semanais;
- b) Especial: o exercício da função pode exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

### CÓDIGO 03. EDUCADOR FÍSICO DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

**Atribuições:** Previstas na Lei Complementar nº 140, de 30 de dezembro de 2025

**a) Descrição Sintética:** O Educador Físico de Educação Inclusiva atuará de forma integrada à equipe multidisciplinar do CEMMAE, tendo como principais deveres: avaliar e desenvolver as habilidades motoras de crianças e adolescentes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem; planejar e aplicar atividades físicas adaptadas que promovam o desenvolvimento global, a autonomia e a inclusão dos alunos; colaborar com os demais profissionais da equipe técnica, contribuindo para intervenções interdisciplinares; orientar professores e famílias quanto à importância da atividade física no processo educativo e no bem-estar dos estudantes; registrar e acompanhar a evolução funcional dos atendidos, com foco no fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas, dentre outros.

#### **b) Descrição Analítica:**

Realizar avaliações motoras funcionais de estudantes com deficiência, transtornos do neurodesenvolvimento ou dificuldades de aprendizagem, com foco na identificação de necessidades específicas e no planejamento de intervenções adequadas;

Elaborar e executar planos de atividades físicas adaptadas, respeitando as singularidades dos alunos atendidos, com vistas ao desenvolvimento das habilidades motoras, cognitivas, sociais e afetivas;

Atuar em parceria com a equipe multidisciplinar (psicólogos, psicopedagogos, fonoaudiólogos, entre outros), contribuindo com informações técnicas e estratégias voltadas à inclusão escolar e ao atendimento educacional especializado;

Desenvolver atividades que promovam a coordenação motora, equilíbrio, lateralidade, noção espacial e corporal, com foco na funcionalidade e na autonomia dos estudantes;

Planejar ações de promoção da saúde e do bem-estar, incluindo hábitos posturais, respiração, alongamento, mobilidade e condicionamento físico dentro das possibilidades de cada criança ou adolescente;

Contribuir para o fortalecimento da autoestima e da socialização por meio de dinâmicas corporais, jogos cooperativos e atividades em grupo, favorecendo a inclusão e o respeito à diversidade;

Oferecer orientação a professores da rede municipal, sugerindo adaptações em aulas de educação física escolar para alunos com necessidades específicas, contribuindo para a efetiva inclusão nas atividades regulares;

Participar de reuniões técnicas e pedagógicas junto à equipe do CEMMAE, apresentando pareceres, relatórios de evolução e propostas de intervenção conjunta;

Manter registros sistemáticos das atividades desenvolvidas e da evolução dos alunos, com base em critérios técnicos, éticos e pedagógicos;

Promover, quando necessário, oficinas e formações para famílias e profissionais da educação, sobre o papel da atividade física no desenvolvimento integral do estudante com deficiência ou transtornos do desenvolvimento;

Participar do planejamento, execução e avaliação de planos, projetos e ações conjuntamente com os demais servidores do seu órgão de lotação;

Desenvolver outras atividades inerentes às atribuições do cargo, inclusive as editadas no respectivo regulamento da profissão.

#### CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- Carga horária: as atribuições do cargo serão desenvolvidas em horário normal de 40 (quarenta) horas semanais;
- Especial: o exercício da função pode exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

#### CÓDIGO 04. PSICÓLOGO INSTITUCIONAL

**Atribuições:** Previstas na Lei Complementar nº 140, de 30 de dezembro de 2025

**a) Descrição Sintética:** Planejar e executar atividades utilizando técnicas psicológicas, aplicadas ao trabalho e as áreas escolares e Centro Municipal Multidisciplinar de Atendimento Educacional (CEMMAE). Articular e facilitar no contexto escolar, espaços para reflexão, interiorização e compreensão das questões relacionadas à diversidade humana e seus desdobramentos no processo de ensino/aprendizagem, visando contribuir para uma educação inclusiva e democrática.



Compete ao Psicólogo, em sua área de atuação, considerar os contextos sociais, escolares, educacionais e o Projeto Político-Pedagógico das Unidades Educacionais atendidas, em articulação com as áreas da Saúde, da Assistência Social, dos Direitos Humanos, da Justiça, dentre outros.

**b) Descrição Analítica:**

1. Contribuir com informações e reflexões sobre desenvolvimento da criança, preconceito, paradigma da inclusão, os não desejos dos profissionais da instituição, funcionamento do trabalho multidisciplinar e quadros clínicos;

2. Reconhecer e avaliar os educandos com dificuldades frente às exigências educacionais, em conjunto com a Equipe do Centro Municipal Multidisciplinar de Atendimento Educacional (CEMMAE);

3. Participar de reuniões internas para avaliações das ações desenvolvidas junto aos educandos, equipes escolares, famílias e/ou responsáveis;

4. Desenvolver ações de formação continuada, em parceria com a Supervisão Escolar e Programas Especiais, que contribuam com a equipe gestora e docente na identificação, acompanhamento e encaminhamentos necessários às diferentes situações de aprendizagem, bem como no que se refere aos casos de suspeita ou efetiva violação de direitos da criança e do adolescente;

5. Auxiliar a Equipe Educacional na identificação e na elaboração de planos de ação frente às necessidades dos educandos, público-alvo da Educação Especial Inclusiva.

6. Orientar as equipes educacionais na promoção de ações que auxiliem na integração família/educando/escola e nas ações necessárias à superação de estigmas que comprometam o desempenho escolar dos educandos;

Auxiliar na elaboração de hipótese diagnóstica e no encaminhamento de educandos com deficiência, transtorno global do desenvolvimento - TGD, altas habilidades/superdotação, em apoio no Centro Municipal Multidisciplinar de Atendimento Educacional (CEMMAE), para os serviços da Saúde, da Assistência Social, dentre outros;

8. Atender e orientar as famílias e educadores na busca de estratégias de apoio e acompanhamento para o desenvolvimento dos educandos e, quando houver necessidade, o encaminhamento para os profissionais de outras áreas, em parceria com as Unidades Educacionais;

9. Apoiar e acompanhar as ações pertinentes já existentes nas Unidades Educacionais;

10. Participar de atividades formativas destinadas à comunidade escolar sobre temas relevantes da sua área de atuação;

11. Comprometer-se com a articulação intersetorial no território, visando à integralidade de atendimento ao munícipe, o apoio às Unidades Educacionais e o fortalecimento da Rede de Proteção Social.

12. Manter atualizado o prontuário de cada caso estudado.



CONDIÇÕES DE TRABALHO:

- a) Carga horária: as atribuições do cargo serão desenvolvidas em horário normal de 20 (vinte) horas semanais;
- b) Especial: o exercício da função pode exigir a prestação de serviços à noite, domingos e feriados.

PCI Concursos



## VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 0578-30AC-2A47-C417

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

- ✓ DELCI BEHENCK DIMER (CPF 519.XXX.XXX-34) em 25/03/2026 17:47:16 GMT-03:00  
Papel: Parte  
Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://torres.1doc.com.br/verificacao/0578-30AC-2A47-C417>

PCI Concursos